

ANÁLISE E REFLEXÕES SOBRE O OBJETO CIENTÍFICO DA ARQUIVOLOGIA

Bárbara Carvalho Diniz

Mestra em Ciência da Informação | UFPB
barbaracdiniz@outlook.com

SCHMIDT, CLARISSA MOREIRA DOS SANTOS. **Objeto científico da Arquivologia**: reflexões para o debate. In: Projeto SESA ON-LINE. 2020. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=CjIVT0RDZKU&list=PLxN9uB8ODjKmszvX0wANWVEQ0Zx6X8HYw&index=11>. Acesso em 30 de dezembro de 2021.

“Objeto científico da Arquivologia: reflexões para o debate” foi a palestra proferida pela professora Clarissa Schmidt, no dia 22 de outubro de 2020, no canal do Youtube do Projeto Sesa (UEPB), fruto do recorte de sua tese sobre o objeto científico da Arquivologia.

Inicialmente, a palestrante aborda que antes de debater sobre qual seria o objeto científico da Arquivologia, é necessário refletir sobre o que é objeto científico. Sendo assim, sintetiza que o objeto científico é aquele que atribui identidade a um campo disciplinar. É a partir deste elemento que se torna possível conhecer, refletir e propor teorias, metodologias e debates para determinada área.

Schmidt afirma que todas as áreas que querem ser científicas precisam olhar os fenômenos do mundo real a partir do seu objeto, do seu campo de estudo, desta forma será possível interpretar os fenômenos. Acrescenta que é possível olhar um determinado fenômeno por meio de vários objetos científicos. Construir um objeto científico não é tarefa fácil, demanda tempo e uma comunidade científica disposta a construir e desconstruir conhecimentos, métodos e teorias.

Adentrando na Arquivologia, percebe-se que existe um ambiente polarizado entre duas ideias sobre seu objeto científico: “o passado e superado documento de arquivo” e “a informação arquivística ou orgânica”. Schimdt afirma que não se trata de nenhum dos dois, pois não se pode trabalhar com apenas dois lados, nem muito menos trabalhar com a unanimidade científica. Desta forma, para compreender qual

o objeto científico da Arquivologia é preciso compreender o seu processo histórico, ou seja, entender a história dos arquivos é elementar para pensar a ciência arquivística.

Revisita-se o mundo antigo, em que desde que a sociedade aprende a registrar os acontecimentos por meio da escrita, os arquivos começam a existir. Cita-se a Grécia antiga, em que os documentos tinham uso administrativo oriundos das ações governamentais. Passados grandes acontecimentos na Europa, na Idade Média, os arquivos têm uma mudança de função, pois são considerados tesouros que garantiam posses e títulos, portanto, guardados “as sete chaves”.

Com o início da Revolução Francesa, os arquivos passam a ser vistos por outra perspectiva, a exemplo do Estado ter responsabilidade sobre os seus próprios documentos; centralização dos documentos em lugares únicos; os arquivos passam a ser fonte para a memória das Nações, bem como passam a garantir direitos para os governantes. Entende-se que a Revolução Francesa é um marco para a ciência arquivística.

Porém, é apenas no século XIX que começam as primeiras formulações de princípios, normativas, métodos e manuais no que tangem aos arquivos. A palestrante é clara ao afirmar que o princípio da proveniência (origem alemã) e princípio do respeito aos fundos (francês) são princípios diferentes, que se confundem. Tais princípios arquivísticos surgem, não pela ânsia da criação de uma ciência, mas para resolver questões de organização dos documentos em seus contextos. No final do século XIX, surge o Manual dos Arquivistas Holandeses, responsável por inserir a Arquivologia no universo científico.

Ao chegar na primeira metade do século XX, a Arquivologia passa a se desenvolver amplamente na Europa, com cada país desenvolvendo manuais, métodos e teorias partindo de suas necessidades arquivísticas. Congressos passam a acontecer, surgem instituições arquivísticas e seus serviços de arquivo, surgem novos desdobramentos teóricos de conceitos e princípios como o da organicidade, da cadeia de custódia e o da autenticidade documental. Alguns autores de importantes manuais sobre a temática se destacam como é o caso de Casanova, Jenkinson e Brenneke.

Entende-se que até a metade do século XX, a partir de todo o contexto da época e das necessidades institucionais, os documentos de arquivo eram entendidos como os de caráter histórico, de natureza pública e predominantemente

em suporte de papel, ou seja, as construções teóricas arquivísticas foram feitas a partir do que se entendia sobre esses documentos.

Quando se trata da segunda metade do século XX, o protagonismo sobre a organização e formulação de teorias sobre os arquivos recai para os Estados Unidos, que durante e posteriormente a segunda guerra mundial, viu sua produção e acumulação de documentos aumentar exponencialmente, tendo que desenvolver métodos para lidar com a sua grande massa documental. A preocupação com os documentos considerados administrativos passa a dominar as discussões teóricas e práticas, nesta seara desenvolvem-se as teorias do ciclo vital (teoria das três idades) e avaliação dos documentos que são fundamentais para compreender as ideias e práticas da gestão documental.

Partindo-se desta realidade, há um alargamento do objeto de estudo, em que agora inclui-se os arquivos correntes, assim como há o progresso da tecnologia documental, com o uso de máquinas de datilografar, microfilmes, cópias, entre outras tecnologias que envolvem documentos.

Não menos importante, do final do século XX para o começo do século XXI, a Arquivologia apresenta-se como área consolidada, não só no mundo, mas no Brasil, possuindo comunidade científica, eventos e periódicos científicos que constroem e fortalecem novas teorias, técnicas e métodos científicos. Contudo, os documentos digitais trouxeram diversos questionamentos, pois com novos suportes, há novos problemas, consolidando a mudança de paradigmas.

Schmidt aborda que algumas das soluções encontradas para os problemas envolvendo as novas implicações da Arquivologia frente aos documentos digitais está no objeto científico da arquivística, que não é um consenso, pelo contrário, varia de acordo com as abordagens teóricas.

Em relação aos objetos científicos das mais diversas teorias arquivísticas, apresenta-se o Record Continuum, teoria australiana da década de 1990, que tem como objeto científico a informação gerada por processos. Outra corrente teórica citada é a da Arquivologia portuguesa, conhecida como Pós-Custodial, a qual se preocupa principalmente com o acesso à informação, e tem por objeto científico a informação social. Expõe-se também a teoria arquivística espanhola, que encara a Arquivologia como uma ciência autônoma, tem por objeto científico o arquivo, enquanto conjunto de documentos de arquivo.

É no Canadá que se encontram diversas teorias arquivísticas, que surgem no fim da década de 1980, começando pela teoria da arquivística integrada, em que o objeto científico desta corrente é a chamada informação orgânica registrada. Ainda referente ao Canadá, aborda-se a teoria da Diplomática Arquivística ou Contemporânea, afirmando que o objeto científico da Arquivologia é o documento de arquivo. Por fim, a teoria canadense da Arquivística Funcional, ou pós-moderna, acredita que a informação gerada pelos processos administrativos – *Process-Bound Information*, com vista a recuperar o contexto do documento - é o objeto científico da disciplina científica arquivística.

Visto a dimensão de entendimentos sobre o objeto científico da arquivística, Schmdit salienta que essas diferentes concepções são frutos de contextos históricos e epistemológicos resultantes das evoluções e mudanças da produção documental, da natureza dos registros e do uso de informações e documentos.

Em suma, a palestrante finaliza seu pensamento afirmando que a Arquivologia não deve buscar unanimidade no pensamento, mas que mesmo com tantas teorias e objetos científicos diferentes, as teorias não podem perder de vista a autenticidade e contexto da produção documental, o registro e resultado das ações dos documentos, bem como a capacidade probatória oferecida pelos documentos arquivísticos.